

## **CLUBE MILITAR**

Associação civil, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, fundada em 26 de junho de 1887. Tem como principais objetivos “estreitar os laços de união e solidariedade entre os oficiais das forças armadas”, “defender os interesses dos sócios e pugnar por medidas acauteladoras dos seus direitos” e “incentivar as manifestações cívicas e patrióticas e interessar-se pelas questões que firam ou possam ferir a honra nacional e militar”.

O Clube Militar é a única entidade militar que abriga, indiscriminadamente, oficiais do Exército, Marinha e Aeronáutica. Podem ser admitidos como sócios efetivos os oficiais da ativa, da reserva de primeira classe e reformados das forças armadas, bem como os aspirantes a oficial do Exército e da Aeronáutica e os guardas-marinhas.

### **FUNDAÇÃO**

O Clube Militar foi fundado nos últimos anos do Império, quando o movimento abolicionista e republicano no Brasil já conseguira uma sensível penetração nas populações urbanas do país, e após a eclosão da chamada Questão Militar, que opôs oficiais do Exército ao governo imperial.

A primeira diretoria era composta do general Deodoro da Fonseca (presidente) e dos oficiais Custódio de Melo (vice-presidente), José Simeão de Oliveira (primeiro-secretário), Marciano Magalhães (segundo-secretário), Benjamim Constant (tesoureiro), José Marques Guimarães, Eduardo Wandenkolk e Antônio Sena Madureira (comissão de imprensa).

Nos dois primeiros anos de existência a entidade teve de enfrentar certa hostilidade do governo imperial, que procurou – sem êxito – criar um Círculo de Oficiais do Exército, para suplantar o clube. Este, em 1887, apresentou sem sucesso seu presidente como candidato a senador e, em carta enviada à regente princesa Imperial, recusou-se a participar da captura dos escravos fugidos, contribuindo assim poderosamente para o êxito do movimento abolicionista, que então dominava o país.

O Clube Militar, na condição de porta-voz do Exército, teve uma participação decisiva na proclamação da República. Em sessão extraordinária do clube, em 9 de novembro de 1889, Benjamim Constant criticou violentamente os atos do governo, acusando-o de promover hostilidades contra o Exército. Nos dias seguintes, articulou

encontros de Deodoro com líderes civis republicanos. No dia 15 de novembro, o presidente do Clube Militar proclamava a República.

#### PRIMEIRA REPÚBLICA

Durante os primeiros anos do novo regime, o Clube Militar participou intensamente da vida política do país. Em fevereiro de 1891, quando se discutia a eleição do presidente e vice-presidente da República pela Assembleia Constituinte, e já tendo sido apresentadas as candidaturas de Deodoro e de Eduardo Wandenkolk, o clube declarou que as forças armadas não deveriam intervir no processo eleitoral, mas acatar “os atos do poder soberano” (o Parlamento). Alunos da Escola Militar manifestaram-se no mesmo sentido. A eclosão em setembro de 1893 da Revolta da Armada, movimento da Marinha que visava à derrubada de Floriano Peixoto, colocou o clube ao lado do governo.

A subida dos civis ao poder em novembro de 1894, quando Prudente de Moraes assumiu a presidência, marcou o início de um período de conflitos entre o Clube Militar e o Executivo. Ainda em 1894, Prudente de Moraes vetou o aumento dos quadros do Exército e demitiu o general Paulo Argolo do Ministério da Guerra, por este ter apoiado o protesto do clube contra a medida presidencial.

Em 1896, apoiado por um grupo de oficiais contrários à politização dos militares, Prudente de Moraes conseguiu superar nova crise com o Clube Militar, o qual, discordando da orientação seguida pelo governo na Guerra de Canudos, em março daquele ano havia realizado uma reunião visando a desestruturar o governo e aprovado uma moção contendo uma ameaça implícita de deposição do presidente. Em novembro de 1897, o clube foi acusado de participação na tentativa de assassinato de Prudente de Moraes, que resultou na morte do ministro da Guerra, general Machado Bittencourt. Em dezembro, sua sede foi fechada e seu arquivo foi recolhido à polícia. A instituição só foi reaberta em julho de 1901, já no governo Campos Sales, por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).

Após esse interregno de quase quatro anos (1897-1901), o Clube Militar passou a ter uma atuação mais discreta em relação a temas políticos. Ainda assim, em 1902, 32 oficiais sócios do clube hipotecaram solidariedade ao coronel Cunha Matos, que desobedecera às ordens do governo e desarmara no Acre os partidários de Plácido de Castro. Em 1904, o Clube Militar exigiu que o presidente Rodrigues Alves destituisse J. J. Seabra, ministro do Interior e Justiça, no que não foi atendido. Unidades militares sediadas

no Rio de Janeiro apoiaram o clube e rebelaram-se contra o governo, mas o movimento foi sufocado. No final de seu mandato, Rodrigues Alves doou um terreno na avenida Rio Branco ao Clube Militar para a construção da sua primeira sede própria, inaugurada em 1910.

Entre 1912 e 1914, o clube foi presidido pelo general Tito Escobar, tendo como secretário-geral o capitão Mário Clementino de Carvalho. Durante sua gestão, foram criadas caixas de assistência para os sócios, o que atraiu grande número de novos membros e elevou a frequência à sede.

Nos governos dos presidentes Hermes da Fonseca (1910-1914) e Venceslau Brás (1914-1918), um amplo setor da hierarquia do Exército procurou combater a interferência dos militares na vida civil do país, sendo punidos aqueles que se intrometiam em questões políticas. Em 1916, o governo advertiu um grupo de oficiais que, reunidos no Clube Militar, protestou contra um possível aumento dos descontos sobre seus vencimentos e contra a alta do custo de vida.

No governo de Epitácio Pessoa (1919-1922), as relações entre os militares e o governo, relativamente tranquilas durante a década de 1910, tornaram-se bastante tensas. Tudo começou com a nomeação de dois civis — Pandiá Calógeras e Raul Soares — para as pastas da Guerra e da Marinha, respectivamente, rompendo com uma tradição inaugurada com a República. Em abril de 1921, a nomeação de oficiais da Missão Militar Francesa para o quadro de instrutores da Escola Militar, contrariando as normas existentes, provocou um clima de ressentimento dentro do Exército. A crise foi contornada por Epitácio, que exonerou e transferiu os oficiais descontentes.

A esses acontecimentos somou-se o lançamento do nome do ex-presidente marechal Hermes da Fonseca, em junho de 1921, como candidato da oposição às eleições presidenciais de 1922, concorrendo com o situacionista Artur Bernardes. No dia 26 de junho, o marechal Hermes foi empossado na presidência do Clube Militar. No entanto, por falta de base política, sua candidatura à presidência da República foi retirada, e seus seguidores civis e militares passaram a apoiar a outra chapa oposicionista, formada por Nilo Peçanha e J. J. Seabra, da Reação Republicana.

A crise militar, ainda latente, explodiu em 9 e 10 de outubro de 1921, no auge da campanha eleitoral, quando o *Correio da Manhã* publicou duas cartas apócrifas, atribuídas

a Artur Bernardes, nas quais este se referia de forma injuriosa aos militares partidários de Nilo Peçanha. Após as cartas terem sido divulgadas e Bernardes ter negado sua autoria, o Clube Militar acabou por declarar os documentos falsos. Entretanto, a grande agitação nos meios militares deu uma dimensão maior ao incidente, e um grupo de oficiais exigiu a formação de uma comissão do clube para investigar a autenticidade das cartas. Em 28 de dezembro, foi lido em sessão do clube o laudo da perícia efetuada pela comissão, que declarou as cartas autênticas. No final da reunião, foi aprovada uma moção que aconselhava a entrega do caso “ao julgamento da nação”, embora o veredito da comissão tivesse sido contestado por uma minoria de sócios, que se negava a reconhecer a autenticidade das cartas. Com o resultado das eleições presidenciais dando a vitória a Bernardes, os seguidores de Nilo Peçanha pediram a constituição de um tribunal de honra para apurar eventuais irregularidades no pleito, recebendo a adesão do Clube Militar. Ilustrando o ambiente político tenso entre militares e governistas, no dia 24 de junho ocorreu um violento debate ao seio do Clube Militar, opondo jovens tenentes, como Gwaier de Azevedo, a oficiais do alto escalão, próximos ao governo, como o general Fernando Setembrino de Carvalho.

A tensão nos meios militares intensificou-se em junho de 1922 com o chamado caso de Pernambuco. Após tensa campanha sucessória para a presidência do estado, os dois candidatos, da situação e da oposição, declararam-se vencedores, deflagrando uma série de choques armados e crimes políticos dos quais participaram várias guarnições do Exército. A luta interna de Pernambuco acabou atingindo o Clube Militar devido a um telegrama de oficiais que serviam naquele estado dirigido ao clube, protestando contra a situação. Em resposta, Hermes da Fonseca, na condição de presidente do clube, enviou telegrama ao comandante da guarnição federal em Pernambuco, coronel Jaime Pessoa, no qual acusava o governo de colocar o Exército na “odiosa posição de algoz do povo pernambucano”, e condenou a intervenção das forças armadas em Pernambuco. A repercussão do comunicado do marechal foi enorme e, no dia 3 de julho, o presidente Eptácio Pessoa não hesitou em mandar prendê-lo e em fechar o Clube Militar por seis meses.

A punição a Hermes da Fonseca e o fechamento do clube, somados ao clima de inquietude reinante no Exército, desencadearam uma reação armada conhecida como a Revolta dos 18 do Forte, que eclodiu em 5 de julho de 1922 no forte Copacabana e na

Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, e em Mato Grosso, onde os rebeldes foram comandados pelo general Clodoaldo da Fonseca, tio do marechal Hermes. A rebelião de julho de 1922 deu início ao ciclo de levantes e revoluções militares da década de 1920 — o movimento tenentista — que resultaria na Revolução de 1930.

O Clube Militar foi reaberto no início de 1923, mas o marechal Hermes da Fonseca não pôde reassumir a presidência por se achar impedido judicialmente. Em 2 de julho foi empossado o novo presidente do clube, o general Setembrino de Carvalho que, reelegendo-se mais duas vezes, esteve à frente da instituição até 1926. Nos primeiros seis meses de 1923, o general Francisco Flarys respondeu pelo clube como presidente em exercício.

A gestão de Setembrino de Carvalho correspondeu ao mandato presidencial de Artur Bernardes, com quem a antiga diretoria do clube se incompatibilizara desde o episódio das cartas falsas em 1921. Homem de confiança de Epitácio Pessoa, Setembrino havia apoiado Artur Bernardes na campanha presidencial de 1922. Com a vitória deste, tornara-se ministro da Guerra, cargo que ocuparia durante todo o quadriênio. Na verdade, a presença do general Setembrino à frente do Clube Militar representou uma intervenção federal na instituição, cuja vida, no curso desses quatro anos, caracterizou-se por um grande marasmo. Após a repressão ao levante do forte de Copacabana, grande número de sócios do clube foi preso ou transferido para outros estados, e a própria diretoria chegou a ficar reduzida a sete membros. Nesse período, a frequência ao clube diminuiu consideravelmente, e muitas assembleias e reuniões de diretoria deixaram de se realizar por falta de *quorum*. O próprio Setembrino de Carvalho raramente comparecia à sede do clube.

Em 1926, o general João de Deus Mena Barreto foi eleito presidente do Clube Militar, dando início à normalização de suas atividades. Em 15 de novembro daquele ano, dia em que Washington Luís foi empossado na presidência da República, saiu o primeiro número da *Revista do Clube Militar*. Ainda na gestão de Mena Barreto, os estatutos do clube foram modificados: o mandato da diretoria passou de um para dois anos; entrou em vigor o princípio da eleição direta em assembleia, e foi proibida a reeleição de membros da diretoria e dos conselhos.

#### PERÍODO PÓS-1930

Inicialmente dividido sobre que atitude tomar em relação ao governo provisório implantado após a Revolução de 1930 tendo à frente Getúlio Vargas, o Clube Militar procurou adotar uma posição neutra. Em setembro de 1931, o governo fez a doação definitiva ao Clube Militar do terreno e do prédio de sua sede na avenida Rio Branco, no Centro do Rio de Janeiro.

Em 1935, o Clube Militar envolveu-se nas discussões em torno do projeto da Lei de Segurança Nacional. Prevendo, entre outros pontos, a supressão dos direitos políticos dos oficiais das forças armadas e a repressão às manifestações operárias, o projeto foi enviado pelo governo à Câmara em janeiro de 1935 e aprovado dois meses mais tarde. Diversas conferências foram pronunciadas na sede do clube, que se dividiu entre defensores do projeto, em sua maioria oficiais de alta patente, e críticos, geralmente oficiais de patente mais baixa ligados à ala esquerda do tenentismo.

O clube também esteve envolvido na questão do aumento dos vencimentos dos militares, que provocou tensões importantes entre os setores militares e o governo federal. O general Guedes da Fontoura, comandante da Vila Militar, e presidente do Clube Militar a partir de maio de 1935, chegou a articular a derrubada do governo, se a Câmara dos Deputados não aprovasse as tabelas relativas ao aumento dos vencimentos dos militares. A tentativa de golpe foi sustada pelo governo.

Após a derrocada dos levantes de inspiração comunista em novembro de 1935, seguiu-se uma forte repressão política e militar que atingiu o clube e resultou na expulsão de vários oficiais de seu quadro social. A partir de 1939, o clube passou a ser presidido pelo general José Meira de Vasconcelos, ligado ao governo, que teve seu mandato prorrogado.

Em 1945 o clube promoveu homenagem aos pracinhas brasileiros que retornaram da guerra na Europa. No mesmo ano, foram reintegrados ao Clube Militar seus ex-sócios beneficiados pela lei de anistia votada em abril.

No período 1945-1964, o Clube Militar participou ativamente das grandes questões políticas e econômicas nacionais. Sua atuação foi também marcada pelo confronto de duas alas, uma nacionalista e outra mais conservadora, identificada com o anticomunismo. As duas opuseram-se em torno de questões como a exploração do petróleo – a Campanha do Petróleo, deflagrada no país, culminou com a criação da Petrobras em 1953 – e a eventual

participação brasileira na Guerra da Coreia ao lado dos americanos – rejeitada pelo segundo governo Vargas (1951-1954).

De 1950 a 1952 o clube foi presidido pelo setor nacionalista, que publicou na *Revista do Clube Militar* artigos contrários à participação brasileira no conflito coreano. A violenta reação da ala anticomunista provocou, porém, a derrota do grupo nacionalista em 1952. Dois anos mais tarde, a entidade passou ao controle de setores claramente contrários ao governo Vargas e próximos da União Democrática Nacional (UDN). Em agosto de 1954 o clube endossou o pedido de renúncia de Vargas, feito pelo Clube de Aeronáutica após o atentado contra Carlos Lacerda, que resultou na morte do major-aviador Rubens Vaz.

De 1956 a 1962, o Clube Militar esteve sob a influência de grupos legalistas e moderados, passando depois a ser dirigida, entre 1962 e 1964, pelo marechal Augusto da Cunha Magessi Pereira, contrário ao governo de João Goulart (1961-1964). A derrubada de Goulart, em abril de 1964, foi saudada pela direção do clube.

A partir de 1964, o Clube Militar passou a dedicar-se prioritariamente a assuntos de ordem administrativa e à ampliação do seu patrimônio. Em 1984, no contexto da abertura política, foi eleito para presidir a entidade o general Tasso Vilar de Aquino, que derrotou a chapa da Soberania Nacional, defensora do engajamento dos militares na discussão dos grandes problemas nacionais. O general Tasso imprimiu ao clube uma orientação fortemente apartidária, direcionando o foco para atividades culturais e recreativas. Em 1987 o centenário da entidade foi comemorado. Na década seguinte, com a eleição do general Nilton Cerqueira, entraram em pauta questões salariais e corporativas, que passaram a ser objeto de forte preocupação da direção do clube.

Com a eleição do general Hélio Ibiapina Lima, em 1996, o clube manifestou-se abertamente em relação a algumas questões políticas, como a da indenização aos familiares de mortos e desaparecidos sob o regime militar, iniciativa criticada pela diretoria. O Clube Militar discutiu ainda o tema da criação do Ministério da Defesa, unificando os três ministérios militares – Exército, Marinha e Aeronáutica –, que acabou sendo efetivada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) em junho de 1999. Através do general Ibiapina, a entidade criticou também a política econômica do governo e a venda da Companhia Vale do Rio Doce, bem como o grau de dependência do país em relação ao capital estrangeiro.

Nos anos seguintes, embora sem se envolver ativamente na vida política nacional, o clube continuou a se posicionar frente a questões importantes, como a da desmilitarização do controle de tráfego aéreo, intensificada sob o primeiro mandato presidencial de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2007).

*Sergio Lamarão/Sérgio Montalvão/Inoã Carvalho Urbinati*

FONTES: ARQ. GETÚLIO VARGAS; CARONE, E. *República nova*; CARONE, E. *República velha*; CARVALHO, E. *Memórias; 100 anos* (v.1); CLUBE MILITAR. *Atas*; CLUBE MILITAR. *Relatório*; COHN, G. *Petróleo*; ENTREV. GLAUCO ANTÔNIO PRADO; *Estado de S. Paulo* (15/5/1990); *Folha de S. Paulo* (29/4/1984); *Globo* (17/5/1992); *IstoÉ* (22/4/1992); *Jornal do Brasil* (17/5/1984. 16/5/1990); LIRA, H. *História*; MAGALHÃES, B. *Artur*; MAGALHÃES JÚNIOR, R. *Deodoro*; OLIVEIRA, E. *De Geisel*; *Rev. Clube Militar* (1 - 7/1984, 5 - 7/1986, 4, 8/1987, 5 - 7/1988, 5 - 7, 11 - 12/1990, 1, 8 - 11/1991, 5 - 7/1992, 3 - 7/1994, 1 - 2/1995, 5 - 12/1996, 8 - 9/1997, 1 - 8/1998); SILVA, H. 1889; SILVA, H. 1922; SILVA, H. 1935; SILVA, H. 1964; SODRÉ, N. *História*; SODRÉ, N. *A História Militar do Brasil*; SODRÉ, N. *Memórias*; *Veja* (7/3, 23/5/1984, 31/5/1995, 18/9/1996).